

Unimed Seguros Patrimoniais S.A.

**Demonstrações financeiras
intermediárias em
30 de junho de 2020**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias	5
Balancos patrimoniais	8
Demonstrações de resultados	9
Demonstrações de resultados abrangentes	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias	13

Relatório da Administração

Prezados Acionistas,

É com satisfação que apresentamos as demonstrações financeiras intermediárias de 30 de junho de 2020 e o relatório dos auditores independentes da Unimed Seguros Patrimoniais S.A. (“Companhia”).

A Companhia possui forte atuação no Sistema Unimed, sistema de sociedades cooperativas e sociedades auxiliares a marca Unimed, oferecendo seguros de responsabilidades e seguros compreensivos (residencial e empresarial).

O Mercado Segurador

O mercado de seguros de ramos elementares no período de 2020, comparado ao mesmo período de 2019 apresentou queda de 3,6% em prêmios de seguros. Nos segmentos em que a Companhia atua de compreensivo residencial e empresarial a queda foi de 3,4% e no segmento de responsabilidades o crescimento foi de 15,6%. O montante total do segmento de ramos elementares no período de 2020 monta R\$ 31,5 bilhões, frente a R\$ 32,7 bilhões no mesmo período de 2019, segundo dados da Superintendência de Seguros Privados-SUSEP.

Cenário Econômico

O ano de 2020 quando iniciou possuía uma expectativa de PIB (Produto Interno Bruto) de crescimento próximo a 2,27%. Com o advento da pandemia e as revisões da economia a expectativa para o exercício é de um PIB negativo de -4,90%. Até junho de 2020 a queda no PIB chegou a -12,86%, segundo dados do Banco Central.

A expectativa de IPCA – índice nacional de preços ao consumidor amplo para o ano de 2020 é estimada em 1,6%, a queda é reflexo da pandemia

O desemprego, devido a pandemia e o cenário econômico, apresenta elevação do número de desempregados, atingindo 13,3% da população econômica ativa, com cerca de 12,8 milhões de brasileiros.

A expectativa da taxa de juros para o ano de 2020 é de 2,0%.

Covid-19 (Efeitos da Pandemia)

A Companhia, em razão do cenário atual de pandemia causado pela Covid-19, que trouxe diversos reflexos na vida das pessoas e das entidades, vem contribuindo de forma positiva, apoiando seus clientes e colaboradores, buscando intensificar seu compromisso com toda a sociedade.

No período, em razão da pandemia, a Companhia não teve grandes reflexos como perda de clientes. O crescimento acima do mercado e sinistralidade controlada e dentro do esperado, trouxeram tranquilidade e oportunidades para sua operação, mostrando a preocupação em manter sua operação de forma sustentável e dentro do padrão de qualidade, o que mostra a força da Companhia. (*vide nota 4 – Gestão de Riscos*)

Desempenho Econômico-Financeiro

A Companhia atingiu o montante de R\$ 24,8 milhões em prêmios emitidos, o que representa um crescimento de 17,6% em relação ao mesmo período de 2019. A sinistralidade do período foi de 28,4% (9,7% no mesmo período de 2019). A menor sinistralidade em 2019, foi decorrente a baixa da provisão de sinistro de grande monta do segmento compreensivo empresarial, registrado em 2018. O índice de comercialização no período foi de 20,8% (25,8% no mesmo período de 2019).

As despesas administrativas atingiram R\$ 6,8 milhões no período (R\$ 6,1 milhões no mesmo período de 2019). O resultado financeiro monta R\$ 0,3 milhões (R\$ 3,6 milhões no mesmo período de 2019) e foi fortemente impactado de forma negativa, decorrente dos efeitos da pandemia da Covid-19 na economia global. A perda financeira foi compensada pelo excelente resultado operacional no período. O lucro da Companhia fechou o exercício em R\$ 1,0 milhão, com crescimento de 46,5% sobre o mesmo período de 2019.

Declaração sobre capacidade financeira

A Companhia possui intenção e capacidade financeira de manter, até o vencimento, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento.

Capital Social

O patrimônio líquido da Companhia é de R\$ 88,1 milhões em junho de 2020, representado por 101.457.737 ações.

Política de dividendos

Após as deduções relativas à reserva legal, é assegurado aos acionistas um dividendo mínimo de 10% do lucro líquido, conforme estabelecido no Estatuto Social.

Agradecimentos

Agradecemos a todos os nossos acionistas, colaboradores, clientes e parceiros pela confiança, apoio e dedicação em especial a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP pela renovada confiança em nós depositada.

São Paulo, 18 de agosto de 2020.

A Administração



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Aos Diretores da

Unimed Seguros Patrimoniais S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da Unimed Seguros Patrimoniais S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Unimed Seguros Patrimoniais S.A. em 30 de junho de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras intermediárias e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras intermediárias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras intermediárias

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras intermediárias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras intermediárias, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras intermediárias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração da Companhia a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 18 de agosto de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Érika Carvalho Ramos
Contadora CRC 1SP224130/O-0

Unimed Seguros Patrimoniais S.A.

Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais)

	Notas	2020	2019		Notas	2020	2019
Ativo Circulante		122.702	114.061	Passivo Circulante		63.650	56.816
Disponível		369	327	Contas a pagar		3.463	2.815
Caixa e Bancos		369	327	Obrigações a pagar	11	760	450
Aplicações	5	87.989	82.293	Impostos e encargos sociais a recolher	12	1.465	1.350
Créditos das operações com seguros e resseguros	6	18.039	16.790	Encargos trabalhistas		562	515
Prêmios a receber	6a	17.894	16.595	Impostos e contribuições	13	384	379
Operações com resseguradoras		145	195	Outras contas a pagar		292	121
Ativos de resseguro	7	11.014	9.242	Débitos de operações com seguros e resseguros		7.493	7.218
Títulos e créditos a receber		56	94	Prêmios a restituir		149	112
Títulos e créditos a receber		56	77	Operações com resseguradoras	14a	3.769	3.526
Outros créditos		-	17	Corretores de seguros e resseguros	14b	3.575	3.577
Outros valores e bens		12	16	Outros débitos operacionais		-	3
Outros valores		12	16	Depósitos de terceiros	15	177	57
Despesas antecipadas		81	-	Provisões técnicas – seguros	16	52.517	46.726
Custos de aquisição diferidos		5.142	5.299	Danos		52.517	46.726
Seguros	9	5.142	5.299	Passivo não circulante		2.712	2.323
Ativo não circulante		31.741	32.390	Provisões técnicas – seguros	16	2.065	1.741
Realizável a Longo prazo		30.494	31.505	Danos		2.065	1.741
Aplicações	5	27.806	29.433	Outros débitos		647	582
Ativos de resseguro	7	422	348	Provisões judiciais	17	647	582
Títulos e créditos a receber		2.266	1.724	Patrimônio líquido		88.081	87.312
Créditos tributários e previdenciários	8	1.459	1.093	Capital social	18a	88.000	88.000
Depósitos judiciais e fiscais	17	699	631	Ajuste de Avaliação Patrimonial		(337)	(63)
Outros Créditos		108	-	Lucros/(Prejuízos) acumulados		418	(625)
Imobilizado		10	12	Total do passivo e patrimônio líquido		154.443	146.451
Bens móveis		10	12				
Intangível	10	1.237	873				
Outros intangíveis		1.237	873				
Total do Ativo		154.443	146.451				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Unimed Seguros Patrimoniais S.A.

Demonstrações de resultados

Semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	Notas	30/06/2020	30/06/2019
(+) Prêmios emitidos		24.774	21.062
(-) Variações das provisões técnicas de prêmios		<u>(716)</u>	<u>(1.205)</u>
(=) Prêmios ganhos	20a	24.058	19.857
(-) Sinistros ocorridos	20b	(6.827)	(1.930)
(-) Custos de aquisição	20c	(5.009)	(5.122)
(+/-) Outras receitas e despesas operacionais	20d	(107)	(216)
(+) Resultado com operações de resseguro	20e	<u>(3.066)</u>	<u>(7.280)</u>
(+) Receita com resseguro		1.680	(2.676)
(-) Despesa com resseguro		(4.746)	(4.604)
(-) Despesas administrativas	20f	(6.842)	(6.128)
(-) Despesas com tributos	20g	(918)	(1.597)
(=) Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		1.289	(2.416)
(+) Resultado financeiro	20h	344	3.556
(=) Resultado operacional		<u>1.633</u>	<u>1.140</u>
(=) Resultado antes dos impostos e participações		1.633	1.140
(-) Imposto de renda	21	(237)	(107)
(-) Contribuição social	21	(153)	(75)
(-) Participações sobre o lucro		<u>(200)</u>	<u>(246)</u>
(=) Lucro líquido do semestre		<u><u>1.043</u></u>	<u><u>712</u></u>
Resultado atribuído aos:		1.043	712
Acionistas controladores		1.043	712
Quantidade de ações		101.457.737	101.457.737
Lucro líquido por lote de mil ações		10,28	7,02

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Unimed Seguros Patrimoniais S.A.

Demonstração de resultados abrangentes

Semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	30/06/2020	30/06/2019
Lucro líquido do semestre	<u>1.043</u>	<u>712</u>
Varição do valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	(456)	(25)
Imposto de renda e contribuição social sobre os resultados abrangentes	<u>182</u>	<u>11</u>
Resultado abrangente do semestre, líquido dos impostos	<u><u>769</u></u>	<u><u>698</u></u>
Resultado atribuído aos:		
Acionistas controladores	769	698

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Unimed Seguros Patrimoniais S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucro / (Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 1º Janeiro de 2019	88.000	69	(4.324)	83.745
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	14	-	14
Lucro líquido do semestre	-	-	712	712
Saldos em 30 de Junho de 2019	88.000	83	(3.612)	84.471
Saldos em 1º Janeiro de 2020	88.000	(63)	(625)	87.312
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	(274)	-	(274)
Lucro líquido do semestre	-	-	1.043	1.043
Saldos em 30 Junho de 2020	88.000	(337)	418	88.081

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Unimed Seguros Patrimoniais S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	30/06/2020	30/06/2019
Lucro líquido do semestre	1.043	712
Ajustes para:	537	3.294
Depreciação e amortizações	222	440
Redução do valor recuperável de prêmios	(81)	13
Créditos fiscais e previdenciários	(352)	226
Diferimento dos custos de aquisição diferidos	156	255
Diferimento das provisões técnicas	1.528	2.454
Diferimento dos ativos de resseguro	(662)	(108)
Ajustes com títulos e valores mobiliários	(274)	14
Variação nas contas patrimoniais	(583)	(3.702)
Aplicações financeiras	(4.069)	(4.817)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(1.167)	(915)
Ativos de resseguro	(1.184)	5.519
Depósitos judiciais e fiscais	(68)	(108)
Despesas antecipadas	(81)	44
Outros ativos	(66)	(92)
Fornecedores	472	129
Impostos e contribuições	362	223
Outras contas a pagar	172	18
Débitos de operações com seguros e resseguros	275	(375)
Depósitos de terceiros	121	(25)
Provisões técnicas - seguros e resseguros	4.586	(3.262)
Provisões judiciais	64	(41)
Caixa gerado nas operações	997	304
Impostos e contribuições pagos	(371)	(351)
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades operacionais	626	(47)
Atividades de investimento		
Pagamento pela compra:		
Intangível	(584)	(3)
Caixa líquido (consumido) nas atividades de investimento	(584)	(3)
Aumento /(Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	42	(50)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	327	142
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	369	92
Aumento /(redução) líquido de caixa e equivalente de caixa	42	(50)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Unimed Seguros Patrimoniais S.A. (doravante denominada “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, situada na Alameda Ministro Rocha Azevedo, nº 346 - São Paulo e cadastrada no CNPJ sob o nº 12.973.906/0001-71, tendo como objeto social a comercialização de seguros de danos. A Companhia é controlada pela Unimed Seguradora S.A., que está integrada ao Sistema Cooperativo Unimed, que é formado pelas cooperativas médicas que atuam sob a denominação Unimed, pelas suas federações, pela confederação nacional e por empresas associadas.

A Companhia é controlada diretamente pela Unimed Seguradora S.A., com participação de 99,99%, e controlada indiretamente pela Unimed Participações S.A.

2 Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015 e alterações posteriores, os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendados pela SUSEP e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP). As demonstrações contábeis estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular, e seguindo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 18 de agosto de 2020.

b. Base para preparação

As demonstrações financeiras intermediárias individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), referendados pela SUSEP através da Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores. Na elaboração das presentes demonstrações financeiras intermediárias individuais estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular.

c. Continuidade

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando, portanto as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio.

d. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos seguintes itens no balanço patrimonial:

- Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado
- Ativos financeiros disponíveis para venda
- Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP e CNSP.

e. Moedas funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

f. Utilização de estimativas e julgamento

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as normas referendadas pela SUSEP e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração registre determinados valores de ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativa, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas quanto a eventos futuros. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir dessas estimativas em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação.

Estimativas e premissas são revistas periodicamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As Notas Explicativas n°s: 3g - Mensuração dos contratos de seguros, 5 - Aplicações financeiras, 8 - Créditos tributários e previdenciários, 9 - Custos de aquisição diferidos, 16 - Provisões técnicas - Seguros e 17 - Provisões judiciais incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.

g. Segregação entre circulante e não circulante

A Companhia efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante considerando a expectativa que seja realizado ou liquidado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional (12 meses) da Companhia.

h. Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia

Novas normas ou alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados em e após 1º de janeiro de 2020 quando referendadas pela SUSEP. Entre aquelas que podem ser relevantes para a Companhia, encontram-se:

(i) CPC 48 - Instrumentos Financeiros

O CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros introduz um novo requerimento para a classificação e mensuração de ativos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS39 (CPC 38).

O CPC 48 será aplicável quando referendado pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

(ii) CPC 6 (R2) - Operações com arrendamento mercantil

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial das companhias arrendatárias, reconhecendo um ativo de direito de uso, que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado, e um passivo de arrendamento, que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) - Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019.

Os estudos de impacto da adoção relacionados a adoção IFRS 16, realizados pela Administração, não indicaram ajustes impactos significativos.

O CPC 6 (R2) será aplicável quando referendado pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

(iii) IFRS 17 - Contratos de Seguros

A IFRS 17 - Contratos de Seguros, divulgada em 2019, veio para substituir a IFRS 4 apresentada em 2004 como norma interina. A IFRS 17 é mais abrangente e contempla o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação. A norma combina uma mensuração do balanço patrimonial dos passivos de contratos de seguro com o reconhecimento do lucro pelo período em que ocorrer a vigência do contrato. Mudanças nas estimativas de fluxo de caixa futuro também deverão ser reconhecidas durante o período de vigência do contrato. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2023.

O IFRS 17 será aplicável quando referendado pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

3 Principais práticas contábeis

As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras intermediárias estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Representam numerário disponível em caixa e em contas bancárias. Esses ativos apresentam risco insignificante de mudança do valor justo e são monitorados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos no curto prazo.

b. Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (i) ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, (ii) ativos financeiros mantidos até o vencimento, (iii) ativos financeiros disponíveis para venda, (iv) empréstimos e recebíveis e (v) determinação do valor justo. A classificação entre as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido.

(i) *Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado*

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período.

(ii) *Ativos financeiros mantidos até o vencimento*

São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado e deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

(iii) *Ativos financeiros disponíveis para venda*

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos não derivativos que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são mensurados pelo valor justo, e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas nos resultados abrangentes e registradas no patrimônio líquido pelo valor líquido dos respectivos efeitos tributários sobre os ganhos (perdas) não realizados. Quando um investimento é realizado, o saldo acumulado e os juros são transferidos para o resultado.

(iv) *Empréstimos e recebíveis*

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis, que não são cotados em mercados ativos. Esses ativos são deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável e compreendem, substancialmente, “Prêmios a receber”.

(v) Determinação do valor justo

O valor das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seu valor justo obtido a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). Para os títulos de renda fixa privados denominados CDBs, debêntures e letras financeiras, utiliza-se a metodologia própria do custodiante, que pode utilizar o spread médio calculado a partir dos preços médios das operações realizadas e registradas no Sistema Nacional de Debêntures. Os títulos de renda variável tiveram seu valor justo obtido a partir da última cotação publicada pela B3 - Brasil, Bolsa, Balcão.

As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão, na Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic), Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP) e na Central Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLIC).

O valor justo dos investimentos mantidos até o vencimento é apurado apenas para fins de divulgação.

c. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

As perdas de valor (redução ao valor recuperável) dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida no patrimônio líquido para o resultado. As perdas dos demais ativos são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente; quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

A Companhia reconhece uma provisão para redução ao valor recuperável sobre prêmios a receber de acordo com a Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores. As perdas são reconhecidas para todos os contratos inadimplentes acima de 60 dias e riscos decorridos vencidos, considerando as parcelas a vencer do mesmo devedor.

Para as operações a recuperar com resseguradores, a Companhia reconhece uma redução ao valor recuperável para os valores vencidos há mais de 180 dias, de acordo com a Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores.

d. Ativo imobilizado

O ativo imobilizado está demonstrado pelo custo histórico menos a depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear, considerando a vida útil-econômica estimada de cada parte de um bem do imobilizado, sendo depreciados conforme apresentado a seguir:

- Bens móveis: 5 a 10 anos;
- Hardware: 5 anos; e
- Equipamentos: 5 anos.

e. Ativos intangíveis

Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando é possível demonstrar a intenção e capacidade de concluir o desenvolvimento e que benefícios econômicos futuros serão gerados. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com terceiros e equipes internas alocadas no desenvolvimento de *software*. Outros gastos com desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada.

A Companhia revisou a vida útil estimada de seus ativos intangíveis e os prazos não sofreram alterações.

Os ativos intangíveis são amortizados pela vida útil estimada, que é de, aproximadamente, cinco anos, a partir da data em que o sistema entra em operação, e são avaliados para *impairment*, caso haja indicativo de perda.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

f. Classificação dos contratos de seguros e de investimentos

Os contratos foram classificados como contratos de seguro em função de existir aceitação de um risco significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico.

Os contratos de resseguro também são classificados como “Contrato de seguros”, pois pressupõe a transferência de um risco de seguro significativo, sendo reconhecidos nos mesmos critérios e princípios das operações de seguros.

Os prêmios de seguros são registrados quando da emissão das apólices ou faturas e reconhecidos no resultado segundo o transcorrer da vigência do risco, sendo apropriados em bases *pro rata die*. Os custos de agenciamento são registrados quando incorridos e apropriados ao resultado de acordo com o período de vigência das apólices.

g. Mensuração dos contratos de seguros

Os prêmios de seguros e os custos de comercialização são contabilizados por ocasião da emissão das apólices, sendo a parcela de prêmios ganhos reconhecida no resultado, de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. O prazo médio de recebimento é de 1 dia e o diferimento dos custos de aquisição é de 12 meses.

As operações de resseguros são contabilizadas com base nos contratos firmados com as resseguradoras. As despesas e receitas oriundas desses contratos são reconhecidas simultaneamente aos prêmios de seguros correspondentes nas mesmas bases. Os ativos e passivos financeiros decorrentes desses contratos são baixados com base (i) nas prestações de contas emitidas pelos resseguradores por meio dos movimentos operacionais periódicos sujeitos à análise da Companhia e (ii) nas prestações de contas preparadas pela Companhia e que estão sujeitas à análise pelos resseguradores.

As receitas de prêmios e os correspondentes custos de comercialização, relativos aos riscos vigentes sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidos ao resultado no início da cobertura do risco, em bases estimadas.

h. Custos de aquisição diferidos

Compreendem as comissões relativas ao custo de aquisição de apólices de seguros, sendo a apropriação ao resultado realizada de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. Todos os demais custos de aquisição são reconhecidos como despesa, quando incorridos.

i. Provisões técnicas de seguros

As provisões técnicas são constituídas e calculadas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), assim resumidas:

- A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é constituída pela parcela do prêmio de seguro correspondente ao período de risco não decorrido, sendo calculada *pro rata die*, considerando o prazo de vigência do risco e a data-base de cálculo da provisão. O cálculo é individual por apólice ou endosso dos contratos.
- A Provisão de Prêmios Não Ganhos dos Riscos Vigentes e Não Emitidos (PPNG-RVNE) representa o ajuste da PPNG, dada a existência de riscos assumidos pela Companhia, cuja apólice ainda não foi operacionalmente emitida. É calculada com base em metodologia própria que considera o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices, em bases retrospectivas, no período de doze meses.
- A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída por estimativa de pagamentos prováveis brutos de resseguros e líquidos de recuperação de cosseguro cedido, com base nas notificações e avisos de sinistros recebidos até a data de encerramento das demonstrações financeiras, e atualizada monetariamente e com juros nos termos da legislação vigente. Também contempla a estimativa da provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados — *Incurred But Not Enough Reported (IBNER)* —, calculada conforme nota técnica atuarial, que tem como objetivo adequar o saldo da PSL aos valores incorridos dos sinistros.

- A provisão para sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) é calculada com base em metodologia própria na qual são aplicados percentuais definidos em Nota Técnica, sobre o somatório dos prêmios-base ou sinistros-base, no período de 12 (doze) meses, sendo considerado o maior valor obtido após a aplicação dos percentuais para constituição do IBNR.
- A Provisão de Despesas Relacionadas Direta (PDR- Direta) é constituída com base nas despesas alocáveis em sinistros avisados. A provisão de despesas relacionadas à IBNR (PDR-IBNR) é calculada conforme metodologia própria, constituída para cobrir as despesas relacionadas aos sinistros não avisados.

j. Teste de Adequação dos Passivos (TAP)

Nos termos do CPC 11 - Contratos de Seguros, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, complementado pela Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores, as sociedades seguradoras devem, a cada data de balanço, elaborar o TAP para todos os contratos em curso na data de execução do teste, com o objetivo de avaliar na data-base das demonstrações financeiras as obrigações decorrentes dos contratos. Esse teste levou em consideração o fluxo de caixa futuro estimado bruto de resseguro, contemplando os pagamentos de sinistros futuros, de sinistros já ocorridos e ainda não pagos ou a ocorrer, contribuições e prêmios futuros que não estejam contidos na PPNG, despesas administrativas relacionadas a riscos cujas vigências tenham se iniciado até a data-base do teste, despesas alocáveis e não alocáveis relacionadas a sinistros e benefícios e despesas de comercialização. Para esse teste, foi adotada uma metodologia que considera a melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros, incluindo as despesas incrementais e acessórias de liquidação de sinistros, utilizando-se premissas atuais, sendo os contratos agrupados em bases de riscos similares.

Nos termos da Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores, foram utilizadas como premissas técnicas a sinistralidade de 36,99% para os ramos de seguros de responsabilidade e 41,68% para os demais ramos e cancelamentos que melhor refletissem a experiência atual observada para cada segmentação. Para o desconto dos fluxos de caixa projetados foi utilizada estrutura a termo da taxa de juros livre de risco definidas pela SUSEP, conforme indexador contratado.

Os testes foram realizados por segmentação, como apresentado a seguir:

- Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O - Directors and Officers):
Responsabilidade Civil Geral;
Responsabilidade Civil Profissional;
RC Profissional Individual;
RC Profissional Instituições; e
RC Profissional Coletivo.
- Compreensivos:
Compreensivo Residencial;
Compreensivo Empresarial; e
Lucros Cessantes.

Caso o resultado do teste de adequação do passivo apresente insuficiência, deverá ser reconhecido na Provisão Complementar de Cobertura (PCC), conforme requerido pela Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores.

Em 30 de junho de 2020, o resultado do teste de adequação não apresentou insuficiência e, conseqüentemente, não houve necessidade de registro de provisões adicionais aos passivos de seguro já registrados na data-base.

k. Provisões judiciais, ativos e passivos contingentes

A Companhia reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente, que possa ser estimada de maneira confiável, como resultado de um evento passado, e é provável ou possível que o pagamento de recursos seja requerido para liquidação dessa obrigação. A Companhia utiliza como critério efetuar a reserva sempre que a avaliação do prognóstico de perda realizada pelos assessores jurídicos for determinada como "possível" ou "provável".

Os valores provisionados são apurados por estimativa dos pagamentos que a Companhia possa ser obrigada a realizar em função do desfecho desfavorável de ações judiciais em curso de natureza cível não relacionada a sinistro, fiscal e trabalhista.

As obrigações legais objeto de ações judiciais são provisionadas independentemente da perspectiva de êxito em relação ao desfecho final dos processos.

Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, mas seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

l. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

A provisão para impostos de renda do semestre e diferido foi calculada à alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual que exceder R\$ 240 no exercício, e a contribuição social sobre o lucro do semestre e diferido foi calculada à alíquota de 15%.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do semestre, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas vigentes às diferenças temporárias quando elas revertem, até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

m. Benefícios aos empregados

(i) Obrigações de curto prazo

As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado.

(ii) Planos de contribuição definida

A Companhia oferece aos seus diretores complementação de aposentadoria sob a forma de renda mensal temporária pelo prazo de 12 meses na modalidade de contribuição definida.

A Companhia também é patrocinadora de plano de previdência complementar administrado pela própria Companhia para seus funcionários, na modalidade Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL). O PGBL é um plano de previdência do tipo contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições pagas pela empresa patrocinadora. A idade mínima para o recebimento dos benefícios é de 60 anos, respeitado o período mínimo de cinco anos de contribuição ao plano. As obrigações atuariais do PGBL estão integralmente cobertas pelo FIE correspondente.

n. Lucro líquido por ação

O lucro líquido por ação é calculado dividindo-se o lucro pelo número de ações nominativas em poder dos acionistas nos semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019.

4 Gerenciamento de riscos

O processo de gerenciamento de riscos é conduzido pelo Conselho de Administração, Diretoria e demais colaboradores, sendo aplicado no estabelecimento de estratégias, formuladas para identificar, em toda a Companhia, eventos em potencial, os quais são capazes de afetá-la, possibilitando que a Administração os conheça de modo a mantê-los compatíveis com o apetite ao risco desejado. Esse processo habilita os colaboradores, em todos os níveis, a entender melhor os riscos aos quais seus processos estão expostos e em ações relacionadas ao processo de gerenciamento de riscos, especialmente no tratamento das exposições mais relevantes para o negócio.

Adicionalmente, o processo de gestão de riscos é composto por princípios, políticas, responsabilidades, procedimentos e ações, abrangendo os riscos de subscrição, mercado, liquidez, crédito e operacional. Para fazer frente aos eventos de risco aos quais estamos expostos, essa estrutura é compatível com a natureza e complexidade dos produtos, serviços e processos da Companhia

O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva da Unimed Seguradora S.A., controladora da Unimed Seguros Patrimoniais no desempenho de suas atribuições como agentes de governança, contam com o suporte de Comitês de Assessoramento, abaixo mencionados,

compostos por membros da Diretoria Executiva, corpo técnico de colaboradores da Companhia e eventuais convidados de áreas específicas, possibilitando uma análise aprofundada das matérias de competência de cada Comitê.

Comitê de Governança, Riscos e Compliance

O Comitê de Governança, Riscos e Compliance tem por objetivo garantir a transparência e a ética na Companhia, zelando pela efetiva adoção das melhores práticas de Governança, assim como avaliar os riscos inerentes aos seus negócios, incluindo avaliação qualitativa e quantitativa, de forma a assegurar a boa gestão dos recursos, a proteção e a valorização do seu patrimônio e aderência ao ambiente regulatório.

Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria é um órgão estatutário de funcionamento permanente, que se reporta ao Conselho de Administração da Unimed Seguradora S.A., controladora da Unimed Seguros Patrimoniais. Tem como objetivo fornecer suporte à Administração, voltado à transparência dos negócios aos acionistas.

Comitê de Investimentos

O Comitê de Investimentos tem por objetivo analisar e aprovar as propostas de aplicações dos recursos financeiros a ser realizadas pela Companhia, observadas: segurança, rentabilidade, solvência e liquidez dos investimentos, de acordo com a legislação vigente, a Política de Investimentos e outras diretrizes que venham a ser adotadas pela Administração da Companhia+

Comitê de Produtos e Clientes

O Comitê de Produtos e Clientes tem por objetivo definir a criação e o lançamento de produtos, bem como gerir seu desempenho e introdução no mercado, estabelecer políticas e práticas de atendimento e de prestação de serviço diferenciada, além de identificar oportunidades de melhoria e definir planos de ações, em relação aos índices e motivos de reclamações.

Comitê de Conduta Ética

Órgão de natureza multidisciplinar e independente, cuja finalidade é promover a legitimação, o respeito, o cumprimento e o aprimoramento constante dos valores corporativos e do Código de Conduta Ética da Companhia.

Gestão de Capital

A Unimed Seguros Patrimoniais S.A. segue a estrutura de gerenciamento de capital da sua controladora, Unimed Seguradora S.A., a qual é suportada por política específica, aprovada pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração. Essa política estabelece papéis e responsabilidades, limites de suficiência, mecanismos de monitoramento e planos para reequilíbrio, quando constatadas irregularidades. A Diretoria Financeira, Técnica e Atuarial é responsável pela gestão e apuração dos resultados.

De maneira independente, a área de Governança, Riscos e Compliance monitora a aderência da alocação de capital em relação aos critérios regulatórios, emitidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). São avaliados os requerimentos de capital necessários para suportar os riscos aos quais a Unimed Seguros Patrimoniais S.A. está exposta, o que inclui o capital necessário para suportar os riscos de crédito, mercado, subscrição e operacional. O capital necessário para suportar riscos está demonstrado, na (Nota Explicativa nº 18e).

Comissão de Gestão de Crises

Órgão de natureza multidisciplinar, que tem como objetivo atuar em situações de crises institucionais, que possam afetar a reputação da Companhia e a sustentabilidade do negócio.

Com o advento da pandemia da COVID-19, nossa Comissão de Gestão de Crises instituiu frentes de trabalho voltadas para atender todos os nossos *stakeholders*, com o objetivo de garantir nossa missão, que é “Cuidar das pessoas e das instituições, protegendo a vida, o patrimônio e o futuro”. Quando deflagrada a situação de crise, houve o acionamento do nosso Plano de Continuidade dos Negócios, com o objetivo de garantir a segurança de nossos colaboradores e pleno funcionamento da operação, por meio do trabalho remoto, bem como a formulação de cenários de stress e acompanhamento de aspectos operacionais e financeiros, fornecendo subsídios para a estratégia de enfrentamento da crise.

a. Risco de subscrição

O risco de subscrição é gerenciado por meio de políticas de aceitação, dos processos de gestão de riscos dos contratos de seguros/resseguros e das definições de premissas e acompanhamento das provisões técnicas. A teoria da probabilidade é aplicada para a precificação, e o principal risco é de frequência e/ou severidade de sinistros ser maior do que o estimado.

Para a gestão e mitigação do risco das provisões, a Companhia possui os seguintes procedimentos:

- **Testes de consistência das metodologias de constituição das provisões** - Neste procedimento, realizado no mínimo anualmente, é avaliada a adequação das metodologias utilizadas para a constituição das provisões técnicas.
- **Acompanhamento mensal da variação das provisões técnicas** - São analisadas as variações observadas nas provisões técnicas para acompanhamento da sua adequação.

Os procedimentos acima indicados são utilizados para definir, se necessário, mudanças na metodologia de cálculo das provisões, revisão dos procedimentos de cálculo, e na tomada de decisão.

(i) Análise de sensibilidade

O teste de sensibilidade foi elaborado para explicitar como seria afetado o resultado e o patrimônio líquido caso ocorressem alterações razoavelmente possíveis nas provisões técnicas de sinistros. Foi considerado agravamento de 5% nos fatores de atraso entre a data de aviso e a data de ocorrência dos sinistros que poderia afetar a provisão de IBNR.

Foi considerado aumento de 5 p.p. na sinistralidade para verificar o impacto na Provisão de Sinistros a Liquidar.

Para cada teste, é demonstrado o impacto de uma mudança razoável e possível em apenas um único fator.

Impacto no Resultado e Patrimônio Líquido					
Premissas		30/06/2020		30/06/2019	
		Bruto resseguro	Líquido resseguro	Bruto resseguro	Líquido resseguro
Aumento sinistralidade	5%	341	533	546	434
Diminuição sinistralidade	(5%)	(341)	(533)	(546)	(434)

(ii) Desenvolvimento de sinistros

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros pagos com as suas respectivas provisões.

	Sinistro bruto de resseguro (*)							Total
	Ano do aviso do sinistro							
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
No ano do aviso	11	179	1.450	3.723	15.516	10.784	6.043	6.043
Um ano após o aviso	-	173	1.671	3.987	9.330	10.874	-	10.874
Dois anos após o aviso	-	307	1.690	3.893	9.507	-	-	9.507
Três anos após o aviso	-	338	1.765	3.945	-	-	-	3.945
Quatro anos após o aviso	-	395	1.784	-	-	-	-	1.784
Cinco anos após o aviso	-	226	-	-	-	-	-	226
Estimativa dos sinistros na data-base de 30/06/2020	-	226	1.784	3.945	9.507	10.874	6.043	32.379
Diferença entre as estimativas inicial e final	11	(47)	(334)	(222)	6.009	(90)	-	5.327
Pagamentos de sinistros efetuados	-	112	1.081	2.359	5.819	2.954	595	12.920
Sinistros Pendentes em 30/06/2020	-	114	703	1.586	3.688	7.920	5.448	19.459
IBNR	-	-	-	-	-	-	-	7.198
IBNeR	-	-	-	-	-	-	-	1.970
Avisados	-	(170)	19	52	177	90	6.043	6.211

(*) Sinistro líquido de cosseguro e bruto de resseguro

	Sinistro líquido de resseguro (*)							Total
	Ano do aviso do sinistro							
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
No ano do aviso	11	166	976	2.517	6.003	8.377	4.735	4.735
Um ano após o aviso	-	159	1.172	2.862	4.408	8.433	-	8.433
Dois anos após o aviso	-	268	1.195	2.798	4.553	-	-	4.553
Três anos após o aviso	-	294	1.242	2.841	-	-	-	2.841
Quatro anos após o aviso	-	347	1.263	-	-	-	-	1.263
Cinco anos após o aviso	-	211	-	-	-	-	-	211
Estimativa dos sinistros na data-base de 30/06/2020	-	211	1.263	2.841	4.553	8.433	4.735	22.036
Diferença entre as estimativas inicial e final	11	(45)	(287)	(324)	1.450	(56)	-	749
Pagamentos de sinistros efetuados	-	107	676	1.584	1.604	2.100	465	6.536
Sinistros Pendentes em 30/06/2020	-	104	587	1.257	2.949	6.333	4.270	15.500
IBNR	-	-	-	-	-	-	-	5.270
IBNeR	-	-	-	-	-	-	-	1.567

(*) Sinistro líquido de cosseguro e líquido de resseguro

(iii) Gerenciamento de riscos por linhas de negócio

O monitoramento da carteira de contratos de seguros permite o acompanhamento e a adequação das tarifas praticadas, bem como avaliar a eventual necessidade de alterações nos produtos.

(iv) Seguros de responsabilidade e patrimoniais

Os riscos associados a esses seguros incluem, entre outros:

- Risco de despesas de administração não suportadas pelo produto.
- Risco devido a movimentações nos mercados financeiros, retornos de investimentos e risco de taxa de juros.
- Risco de severidade e frequência de sinistros.
- Os riscos apresentados são gerenciados como segue:
- O risco de não persistência é gerenciado através de monitoramento frequente e da implementação de diretrizes específicas para melhorar a retenção das apólices.
- O risco de um elevado nível de despesas é gerenciado pelo monitoramento frequente das despesas.

b. Risco de mercado

Possibilidade de perda ocasionada por um movimento adverso nos valores dos ativos e passivos, causada por mudanças nas taxas de juros e em outros indicadores, individualmente ou em conjunto e se subdivide da seguinte maneira:

Risco de oscilação de preços

Possibilidade de perda no valor da carteira em função de mudanças adversas nos preços, taxas de juros, taxas de câmbio, índices e derivativos.

(i) Gerenciamento do risco de mercado

As seguintes técnicas são utilizadas para controlar e mitigar o risco de mercado:

Utilização de um conjunto de métricas mais adequado para cada carteira, fundo ou portfólio. Para acompanhamento do risco de mercado, seguimos o modelo de *Value-at-Risk (VaR)*.

A política de aplicações financeiras tem como objetivo limitar o risco associado à manutenção de exposições em renda fixa (risco não sistemático), e requisitos de diversificação e outras práticas de gestão de risco são adotadas, por exemplo: limite máximo de exposição relativa em títulos privados e diversificação por faixa de risco de crédito.

(ii) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros é a perda resultante de mudanças da taxa de juros, inclusive mudanças no aspecto das curvas de rendimentos. As exposições da Companhia ao risco da taxa de juros incluem, entre outras, o risco de taxa de juros para contratos de seguros e obrigações para contratos de investimentos (títulos privados e públicos constantes na carteira de investimentos).

(iii) Resultados do teste de sensibilidade

Na presente análise de sensibilidade são considerados os seguintes fatores de riscos: taxa de juros e cupons de títulos indexados a índices de inflação (IGP-M e IPCA).

Para os ativos financeiros classificados na categoria "Ativos mantidos até o vencimento", as oscilações de taxas de juros no mercado não têm nenhum efeito sobre o valor contábil dos títulos, uma vez que estes são corrigidos unicamente pelos juros pactuados.

No caso dos ativos financeiros classificados na categoria "Ativos disponíveis para venda", o impacto na oscilação das taxas de juros de mercado está diretamente relacionado à duração dos títulos.

Com base nessas premissas, o teste de sensibilidade apresenta, para os títulos prefixados e atrelados à inflação (IPCA e IGP-M), classificados na categoria "Ativos disponíveis para venda", qual seria o impacto contábil e financeiro imediato caso as curvas de juros usadas na precificação desses títulos apresentassem uma oscilação de 1 (um) ponto percentual para mais ou para menos (de acordo com a duração de cada papel). O teste de sensibilidade oferece uma medida, portanto, do risco de mercado atrelado aos ativos financeiros "Disponíveis para venda" e "Valor justo por meio do resultado" integrantes da carteira de investimentos da Companhia.

No caso dos títulos atrelados a juros pós-fixados (CDI e SELIC), o teste de sensibilidade considerou qual seria o impacto contábil, num horizonte de 12 meses, decorrente do aumento ou redução de um ponto percentual na taxa de juros projetada para esse horizonte de tempo. Dessa forma, para os ativos pós-fixados, considerou-se o impacto que variações nas taxas de juros correntes teriam na rentabilidade da carteira ao longo dos próximos 12 meses.

Por fim, para a parcela da carteira investida em renda variável, considerou-se qual seria o impacto imediato de uma oscilação de dez pontos percentuais, para mais ou para menos, no preço das ações integrantes da carteira da Companhia.

Ativos	Alocação	Impacto sobre lucro e patrimônio líquido/resultado	
		Taxa de Juros	
Classe de ativo		+1%	-1%
Títulos Pós Fixados			
Disponível para Venda	49.948	499	(499)
Avaliados a Valor Justo	55.919	559	(559)
Títulos Pré Fixados			
Até o Vencimento	1.665	-	-
IPCA			
Até o Vencimento	4.573	-	-
IGP-M			
Até o Vencimento	2.116	-	-
Renda Variável			
Avaliados a Valor Justo	1.574	-	-
Impacto no Patrimônio Líquido		499	(499)
Impacto no Resultado		599	(599)
Impacto Líquido de Impostos PL		300	(300)
Impacto Líquido de Impostos Resultado		336	(336)
Total	<u>115.795</u>		

Limitações da análise de sensibilidade

O quadro acima demonstra o efeito de uma mudança em uma premissa importante enquanto as outras premissas permanecem inalteradas. Na realidade, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve-se também observar que essas sensibilidades não são lineares, impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados.

Adicionalmente, a posição financeira poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. Outras limitações nas análises de sensibilidade acima incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Administração de possíveis mudanças no mercado no futuro próximo, que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica. Os demais ativos financeiros não classificados como aplicações não foram considerados no teste de sensibilidade apresentado em virtude da sua natureza e de terem realização em curto prazo.

c. Risco de liquidez

(iv) Gerenciamento do risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade da ocorrência de perdas decorrentes da inexistência de recursos suficientes para o cumprimento, nas datas previstas, dos compromissos assumidos.

Para mitigar esse risco, frequentemente são realizados estudos do fluxo de caixa, tendo como finalidade estabelecer o controle de possíveis descasamentos entre os ativos negociáveis e passivos exigíveis (prazos de recebimento e liquidação de direitos e obrigações, bem como da liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das posições financeiras).

Adicionalmente, é mantida uma Carteira de Liquidez, de seus ativos financeiros, com o objetivo de manter a liquidez em níveis mínimos necessários de maneira a honrar os seus compromissos de curto prazo.

Ativos Financeiros

Liquidez	30/06/2020		31/12/2019	
	R\$ (mil)	%	R\$ (mil)	%
Imediata	53.824	36%	25.161	18%
De 1 a 30 dias	11.218	8%	10.992	8%
De 31 a 60 dias	14.872	10%	48.048	35%
De 61 a 90 dias	3.871	3%	6.339	5%
De 91 a 120 dias	2.347	2%	3.199	2%
De 121 a 150 dias	1.145	1%	3.757	3%
De 151 a 180 dias	7.265	5%	1.657	1%
De 181 a 365 dias	8.466	6%	7.601	5%
Acima de 365 dias	42.795	29%	31.773	23%
Total	145.803	100%	138.527	100%

Conciliação dos ativos e passivos

A nota a seguir demonstra o *aging* das operações de todas as classes de ativos e passivos financeiros e contratos de seguros detidos pela Companhia

Unimed Seguros Patrimoniais S.A.
Demonstrações financeiras intermediárias
em 30 de junho de 2020

	Sem vencimento definido	Vencidos até 1 ano	Vencidos acima de 1 ano	A vencer em até 1 ano	A vencer entre 1 e 5 anos	A vencer acima de 5 anos	Total
Caixa e bancos	369	-	-	-	-	-	369
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	55.641	-	-	1.852	-	-	57.493
Títulos públicos	-	-	-	1.852	-	-	1.852
Quotas de fundos de investimento abertos	55.641	-	-	-	-	-	55.641
Ativos financeiros disponíveis para a venda	20.473	-	-	9.471	16.303	3.701	49.948
Títulos privados	-	-	-	9.471	16.303	-	25.774
Títulos públicos	-	-	-	-	-	3.701	3.701
Quotas de fundos de investimento abertos	20.473	-	-	-	-	-	20.473
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	-	-	-	552	5.686	2.116	8.354
Títulos privados	-	-	-	552	5.686	2.116	8.354
Crédito das operações com seguros e resseguros	-	297	-	17.742	-	-	18.039
Prêmios a receber	-	152	-	17.742	-	-	17.894
Operações com resseguradoras	-	145	-	-	-	-	145
Ativos de resseguro e retrocessão	2.799	6.898	1.739	-	-	-	11.436
Títulos e créditos a receber	-	56	-	-	-	-	56
Outros créditos	-	-	-	108	-	-	108
Total dos ativos financeiros e de seguros	79.282	7.251	1.739	29.725	21.989	5.817	145.803
Provisões técnicas (*)	11.444	34.336	8.802	-	-	-	54.582
Passivos financeiros	-	577	209	10.347	-	-	11.133
Obrigações a pagar	-	457	3	300	-	-	760
Impostos e encargos sociais a recolher	-	1	-	1.464	-	-	1.465
Encargos trabalhistas	-	-	-	562	-	-	562
Impostos e contribuições	-	-	-	384	-	-	384
Outras contas a pagar	-	-	-	292	-	-	292
Depósito de terceiros	-	51	126	-	-	-	177
Débitos de operações com seguros e resseguros	-	68	80	7.345	-	-	7.493
Total dos passivos financeiros e de seguros	11.444	34.913	9.011	10.347	-	-	65.715

(*) A segregação nas faixas de vencimento referem-se à Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL), calculadas com base na data efetiva de aviso. Para a rubrica sem vencimento, são consideradas as provisões técnicas relativas à Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes Não Emitidos (PPNG-RVNE) e provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR).

d. Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. Os critérios para a escolha dos emissores dos ativos de crédito passam por uma avaliação interna na qual os investimentos (ou reinvestimentos) são realizados somente com contrapartes com grau de investimentos e têm seus *ratings* avaliados por agências renomadas atuantes no mercado. A exposição da Companhia e as avaliações de crédito de suas contrapartes são continuamente monitoradas, revisadas e aprovadas pelo Comitê de Investimentos.

Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a carteira de ativos financeiros da Companhia está alocada nas instituições com as seguintes classificações de risco.

Rating dos ativos financeiros

Nota	30/06/2020		31/12/2019	
	Valor	%	Valor	%
Soberano(**)	5.553	4%	4.750	3%
AAA	13.008	9%	8.145	6%
AA	28.536	20%	24.092	18%
A	4.062	3%	11.253	8%
BBB	-	-	938	1%
B	-	-	6.967	5%
Total em Risco	51.159	36%	56.145	41%
Sem Classificação(*)	94.644	64%	82.382	59%
Total	145.803	100%	138.527	100%

(*) Fundos de investimentos abertos, prêmio, títulos e créditos a receber, ativos de resseguro e outros valores e bens.

(**) Está representado por títulos do tesouro brasileiro tratados como risco soberano.

Para classificação dos *ratings* são utilizadas as agências Fitch, Moody's e S&P, conforme a política de investimentos quando há classificação por mais de uma das agências, é utilizado sempre a menor classificação.

O risco de crédito de prêmios a receber é observado e calculado com base nas políticas de perdas sobre créditos a receber.

Risco de concentração de investimentos

Possibilidade de agravamento das perdas no valor da carteira, causado pela não diversificação dos investimentos.

e. Risco operacional

Risco operacional é a possibilidade de perda decorrente de processos internos inadequados ou deficientes, erros, fraudes ou falhas nas operações ou eventos externos que causem prejuízos às suas atividades normais ou danos aos seus ativos físicos.

Controle do risco operacional

A metodologia de Gestão de Riscos da Unimed Seguros Patrimoniais S.A. baseia-se nos componentes e princípios do framework do COSO ERM, COSO 2018 e ISO 31000, que têm como objetivo propiciar uma gestão integrada e eficaz, em linha com as melhores práticas utilizadas nos mercados nacional e internacional para proposição e implementação de modelo de gestão de riscos, controles internos e compliance.

O processo de gestão de riscos da Unimed Seguros Patrimoniais S.A. é conduzido pela área de Gestão de Riscos e Governança e está estruturado da seguinte forma:

- (i) **Identificação dos riscos**
- O objetivo desta etapa consiste na descrição da metodologia a ser aplicada pelas equipes de Processos e Gestão de Riscos e Governança, no apoio às áreas de negócio, para identificar, mapear e associar os riscos aos subprocessos da Seguros Unimed. Podemos separar a etapa de identificação em cinco atividades principais:
- Mapear os processos
 - Identificar os riscos e fatores de riscos
 - Identificar os controles e associá-los aos riscos
 - Identificar normas e regulamentações
 - Identificação de deficiências.
- (ii) **Mensuração e avaliação**
- O objetivo desta etapa consiste na descrição da metodologia a ser aplicada pela área de Gestão de Riscos e Governança no suporte às áreas de negócio, para mensurar e avaliar os riscos da Seguros Unimed. Destacamos as principais atividades desta etapa:
- Classificação do impacto
 - Realização da auto avaliação do ambiente de controle
 - Realização do *walkthrough* e testes
 - Avaliação da aderência aos normativos
 - Avaliação dos riscos residuais.
- (iii) **Resposta ao risco (mitigação e controle)**
- Para os riscos identificados sem controles associados e/ou controles testados e considerados inefetivos, sejam por falha no desenho do controle ou falta de eficiência do controle, a área de Gestão de Riscos e Governança apoia os gestores das áreas de negócio na definição da resposta aos riscos. Para orientar a tomada de decisão, deve ser definida a resposta aos riscos, conforme as categorias descritas abaixo:
- Evitar: não correr o risco e descontinuar as atividades que geram riscos. Evitar o risco pode implicar a descontinuação de uma linha de produtos, divisão de negócios, processos ou subprocessos.

- Mitigar: ações são tomadas para reduzir a probabilidade de materialização e/ou severidade do risco. Essa resposta envolve o aprimoramento ou criação de controles e melhorias em processos ou subprocessos.
- Compartilhar: atividades que visam a reduzir a probabilidade de ocorrência e/ou severidade do risco, por meio da transferência ou compartilhamento de uma parte do risco, por exemplo: cosseguro, resseguro ou *outsourcing*.
- Aceitar: nenhuma ação é tomada para influenciar a probabilidade de ocorrência e/ou severidade do risco.

Para os riscos que a Administração da Unimed Seguros Patrimoniais S.A. não optar por “Evitar” ou “Aceitar”, deverão ser definidos planos de ação para correção/melhoria do ambiente de controles internos, visando à mitigação do risco.

(iv) Monitoramento

Tendo como base os riscos avaliados na etapa de Mensuração e Avaliação, a área de Gestão de Riscos e Governança define indicadores com foco nos riscos priorizados (riscos considerados com impacto “alto”). Os resultados dos indicadores são acompanhados periodicamente.

(v) Reporte

A etapa de reporte contempla a responsabilidade da área de Gestão de Riscos e Governança no apoio às áreas gestoras de seus processos de negócios, assegurando o reporte do processo de Gestão de Riscos à Alta Administração da Companhia.

O plano de continuidade de negócios é tratado corporativamente, por meio de ferramentas e metodologias que visam a manter em funcionamento as atividades essenciais do negócio em situações de crise, evitando e minimizando perdas financeiras para a Unimed Seguros Patrimoniais S.A. e seus clientes.

f. Concentração de riscos

A carteira está pulverizada por diversos estados da federação, além da diversificação de produtos e clientes, conforme apresentado abaixo:

30/06/2020												
Distribuição de prêmio emitido - Por região geográfica - Bruto de resseguro												
Ramo	Centro Oeste		Nordeste		Norte		Sudeste		Sul		Total	
R.C. Profissional	1.098	4,43%	936	3,78%	355	1,43%	10.083	40,71%	7.466	30,14%	19.938	80,49%
R. C. D&O	349	1,41%	86	0,35%	77	0,31%	1.124	4,53%	773	3,12%	2.409	9,72%
Compreensivo empresarial	137	0,55%	183	0,74%	14	0,06%	904	3,65%	629	2,54%	1.867	7,54%
Compreensivo residencial	48	0,19%	12	0,05%	-	-	177	0,71%	63	0,24%	300	1,19%
Lucros cessantes	7	0,03%	18	0,07%	-	-	165	0,67%	5	0,02%	195	0,79%
R. C. Geral	12	0,05%	9	0,04%	-	-	38	0,16%	6	0,02%	65	0,27%
Total	1.651	6,66%	1.244	5,03%	446	1,80%	12.491	50,43%	8.942	36,08%	24.774	100%

g. Principais ramos de atuação

Ramo de atuação	Índice de					
	Prêmio ganho		Sinistralidade %		Comissionamento %	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
R.C. Profissional	19.854	15.998	32%	32%	22%	28%
R. C. D&O	2.210	1.962	4%	15%	11%	12%
Compreensivo empresarial	1.477	1.366	25%	280%	17%	21%
Compreensivo residencial	345	438	24%	65%	19%	21%
R. C. Geral	55	47	4%	1%	17%	20%
Lucros cessantes	117	46	2%	7%	7%	19%
Total	24.058	19.857	28%	10%	21%	26%

5 Aplicações financeiras

a. Resumo da classificação

Títulos	Níveis	Vencimentos				Ativos			Ajuste a valor justo	Total			
		Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Sem vencimento	Valor Contábil	Valor Custo Atualizado	Valor justo		30/06/2020	%	31/12/2019	%
Valor justo por meio do resultado		1.852	-	-	55.641	57.493	57.493	57.493	-	57.493	49,65%	70.198	62,83%
Quotas de Fundos de Renda Variável	2	-	-	-	1.574	1.574	1.574	1.574	-	1.574	1,36%	-	-
Quotas de Fundos de Renda Fixa	2	-	-	-	54.067	54.067	54.067	54.067	-	54.067	46,69%	65.449	58,58%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	1.852	-	-	-	1.852	1.852	1.852	-	1.852	1,60%	4.749	4,25%
Disponível para venda		9.471	16.303	3.701	20.473	49.948	50.499	49.948	(551)	49.948	43,13%	33.287	29,9%
Letras Financeiras (LF)	2	9.471	2.032	-	-	11.503	11.564	11.503	(61)	11.503	9,93%	13.826	12,37%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	2	-	-	3.701	-	3.701	3.704	3.701	(3)	3.701	3,20%	-	-
Quotas de Fundos de Renda Fixa	2	-	-	-	20.473	20.473	20.473	20.473	-	20.473	17,68%	-	-
Certificados de depósitos bancários (CDB)	2	-	3.521	-	-	3.521	3.510	3.521	11	3.521	3,04%	8.227	7,36%
Debêntures	2	-	10.750	-	-	10.750	11.248	10.750	(498)	10.750	9,285	11.234	10,06%
Mantidos até o vencimento		552	5.686	2.116	-	8.354	8.354	9.278	924	8.354	7,22%	8.241	7,38%
Debêntures	2	-	3.854	2.116	-	5.970	5.970	6.583	613	5.970	5,16%	5.969	5,35%
Letras Financeiras (LF)	2	552	1.832	-	-	2.384	2.384	2.695	311	2.384	2,06%	2.272	2,03%
Total		11.875	21.989	5.817	76.114	115.795	116.346	116.719	373	115.795	100,00%	111.726	100,00%

b. Hierarquia do valor justo

Os valores de referência foram definidos como apresentado a seguir:

- **Nível 1:** títulos com cotação em mercado ativo.
- **Nível 2:** títulos não cotados nos mercados abrangidos no “Nível 1”, mas cuja precificação é direta ou indiretamente observável.
- **Nível 3:** títulos que não possuem valor justo determinado com base em um mercado observável.

Entre 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, não houve reclassificações entre as categorias dos referidos ativos financeiros, incluindo os ativos financeiros classificados na categoria “Mantidos até o vencimento”, tampouco houve reclassificações entre níveis hierárquicos dos ativos financeiros.

c. Taxa de juros contratada

<u>Titulos</u>	<u>Classe</u>	<u>Taxa de Juros Contratada</u>		<u>30/06/2020</u>
Quotas de Fundos de Renda Variável	Titulos Renda Varável			1.574
Quotas de Fundos de Renda Fixa	Fundos de Renda Fixa			74.540
Certificados de depósitos bancários (CDB)	Títulos Privados Renda Fixa	103,66%	CDI	3.521
Debêntures	Títulos Privados Renda Fixa	112,29%	CDI	5.444
			CDI + 1,19%	5.306
			IGPM + 6,10%	2.116
			IPCA + 6,00%	3.854
Letras Financeiras (LF)	Títulos Privados Renda Fixa	108,07%	CDI	9.976
			CDI+ 0,40%	1.527
			IPCA+ 6,10%	719
			PRE 10,92%	1.665
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	Títulos Públicos pré-fixados	100,00%	100,00%	5.553
Total				115.795

d. Movimentação das aplicações financeiras

	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
Saldo Inicial do Semestre	111.726	98.355
Aplicação	82.400	31.682
Resgate	(78.354)	(30.437)
Receita Financeira	479	3.547
Ajuste a valor de mercado	(456)	25
Saldo Final do Semestre	115.795	103.172

e. Cobertura das provisões técnicas

Os seguintes ativos financeiros estavam vinculados em garantia das provisões técnicas:

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Provisões técnicas	54.582	48.467
(-) Ativos de resseguro redutores	(8.408)	(6.752)
(-) Direitos creditórios	(10.237)	(9.397)
Total a ser coberto	35.937	32.318
Títulos de renda fixa - Públicos	5.479	4.677
Títulos de renda fixa - Privados	34.128	33.569
Cotas de Fundos de Investimentos	2.887	-
Total de ativos em garantia	42.494	38.246
Suficiência de cobertura	6.557	5.928

6 Crédito das operações com seguros e resseguros

a. Crédito das operações com seguros e resseguros

	Prêmios a receber				Operações com resseguradoras				Total	Total
	Riscos vigentes emitidos	Juros a apropriar	Riscos vigentes não emitidos	Redução ao valor recuperável	Prêmios efetivos	Sinistros pagos a recuperar	Despesas relacionadas a sinistros pagos	Redução ao valor recuperável	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
R. C. Profissional	14.067	(25)	1.471	(74)	15	200	-	(105)	15.549	14.647
R.C. de Administradores e Diretores - D&O	1.047	-	267	-	-	-	-	-	1.314	1.162
Compreensivo Empresarial	826	(12)	101	(13)	3	29	1	(10)	925	671
Compreensivo Residencial	173	(4)	13	(7)	-	14	1	(7)	183	231
Lucros Cessantes	35	-	-	-	-	-	-	-	35	38
R. C. Geral	31	-	3	(1)	-	-	-	-	33	41
Total	16.179	(41)	1.855	(95)	18	243	2	(122)	18.039	16.790

b. Prêmios a receber por idade

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
A vencer		
De 1 a 30 dias	6.668	6.321
De 31 a 120 dias	7.498	7.093
De 121 a 365 dias	3.576	3.038
Vencidos		
De 1 a 30 dias	153	237
De 31 a 120 dias	8	4
De 121 a 365 dias	10	59
Superior a 365 dias	76	26
Total	<u>17.989</u>	<u>16.778</u>
Redução ao valor recuperável	(95)	(183)
Prêmios líquidos a receber	<u>17.894</u>	<u>16.595</u>

c. Movimentação de prêmios a receber

	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
Prêmios a receber no início do semestre	<u>16.595</u>	<u>14.036</u>
Prêmios emitidos líquidos de IOF e cancelamento	24.987	20.281
Recebimentos	(25.491)	(21.659)
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)	1.833	1.514
Juros sobre parcelamentos	36	21
Riscos Vigentes e Não Emitidos (RVNE)	(154)	489
Redução ao valor recuperável	88	(11)
Prêmios a receber no final do semestre	<u>17.894</u>	<u>15.071</u>

7 Ativos de resseguro - Provisões técnicas

a. Ativos de resseguro e retrocessão - Provisões técnicas

	Prêmio de resseguro diferido - PPNG	Prêmio de resseguro diferido - RVNE	Sinistros pendentes de pagamento	IBNR	PDR	30/06/2020	31/12/2019
Compreensivo empresarial	837	38	105	167	7	1.154	680
R.C.Profissional	2.492	165	3.834	1.715	109	8.315	7.182
R.C. D&O	1.158	125	8	421	25	1.737	1.575
Compreensível residencial	53	1	5	15	1	75	82
Lucros cessantes	101	-	-	8	-	109	35
R.C. Geral	33	1	7	5	-	46	36
Total	<u>4.674</u>	<u>330</u>	<u>3.959</u>	<u>2.331</u>	<u>142</u>	<u>11.436</u>	<u>9.590</u>

b. Movimentação dos ativos de resseguro e retrocessão - Provisões técnicas

	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2019</u>	<u>Constituição</u>	<u>Reversão</u>	<u>Saldo em</u> <u>30/06/2020</u>
Prêmio de resseguro diferido – PPNG	4.203	5.143	(4.672)	4.674
Prêmio de resseguro diferido – RVNE	348	705	(723)	330
Sinistros pendentes de pagamento	2.913	2.731	(1.685)	3.959
IBNR	2.005	685	(359)	2.331
PDR	121	42	(21)	142
Total	<u>9.590</u>	<u>9.307</u>	<u>(7.460)</u>	<u>11.436</u>

	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2018</u>	<u>Constituição</u>	<u>Reversão</u>	<u>Saldo em</u> <u>30/06/2019</u>
Prêmio de resseguro diferido - PPNG	3.793	4.904	(4.841)	3.856
Prêmio de resseguro diferido - RVNE	309	103	(100)	312
Sinistros pendentes de pagamento	8.537	3.339	(9.001)	2.875
IBNR	1.504	1.723	(1.506)	1.721
PDR	167	138	(169)	136
Total	<u>14.310</u>	<u>10.207</u>	<u>(15.617)</u>	<u>8.900</u>

c. Discriminação dos resseguradores

Tipo	Resseguradores	Prêmio cedido	(-) Comissão sobre prêmio cedido	Prêmio líquido	Sinistros avisados	Agência classificadora	Avaliação
Local	AIG Resseguros Brasil S.A.	50	(20)	30	-	S&P	A
Local	IRB Brasil Resseguros S/A	2.369	(874)	1.495	351	A.M. Best Company, Inc.	A-
Local	Munich RE do Brasil Resseguradora S.A.	190	-	190	575	S&P	AA-
Eventual	Navigators Insurance Company	729	(284)	445	4	S&P	A
Admitida	Odyssey Reinsurance Company	179	(75)	104	1	S&P	A-
Local	Scor Brasil Resseguros S.A.	59	(22)	37	57	S&P	AA-
Local	Austral Resseguradora S.A..	4.655	(1.814)	2.841	346	S&P	AAA
	Total	<u>8.231</u>	<u>(3.089)</u>	<u>5.142</u>	<u>1.334</u>		

8 Créditos tributários e previdenciários

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Crédito tributário sobre diferença temporária de imposto de renda (*1)	425	333
(-) Tributos diferidos impostos de renda (*2)	(18)	(27)
Crédito tributário sobre diferença temporária de contribuição social (*1)	255	200
(-) Tributos diferidos contribuição social (*2)	(11)	(16)
PIS diferido	113	84
COFINS diferido	695	519
Total não circulante	<u>1.459</u>	<u>1.093</u>

8.1 Tributos Diferidos

	<u>31/12/2019</u>	<u>Constituição</u>	<u>Realização</u>	<u>30/06/2020</u>
Provisões para contingências fiscais	161	55	(14)	202
Provisões para contingências cíveis	14	-	(11)	3
Provisões para contingências trabalhistas	25	7	(5)	27
Provisão para desvalorização de títulos	41	1.197	(1.015)	223
Outros	852	446	(295)	1.004
Total dos créditos tributários	<u>1.093</u>	<u>1.705</u>	<u>(1.340)</u>	<u>1.459</u>

8.2 Estimativa de Realização Ativo Diferido(*1): A estimativa de realização dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias de acordo com a expectativa de geração de lucros tributários futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

2021.....	336
2022.....	118
2023.....	-
2024.....	-
2025.....	-
Após 2025.....	226
Total – Ativo.....	680

8.3 Estimativa de Realização Passivo Diferido(*2): A estimativa de realização passivos tributários diferidos de diferenças temporárias de acordo com a expectativa de geração de lucros tributários futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

2021.....	(12)
2022.....	-
2023.....	-
2024.....	-
2025.....	-
Após 2025.....	(17)
Total – Passivo.....	(29)

9 Custos de aquisição diferidos

	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
Saldo no início do semestre	<u>5.299</u>	<u>5.264</u>
Constituição	4.853	4.868
Reversão	<u>(5.010)</u>	<u>(5.123)</u>
Saldo no final do semestre	<u>5.142</u>	<u>5.009</u>

10 Intangível

Movimentação do intangível

	Movimentação			30/06/2020				Taxas anuais de amortização (%)
	<u>31/12/2019</u>	Aquisições	Amortização	30/06/2020	Custo de aquisição	Amortização acumulada	Valor líquido	
<i>Software</i>	759	-	(220)	539	4.972	(4.433)	539	20%
<i>Software em desenvolvimento</i>	114	584	-	698	698	-	698	0%
Total	873	584	(220)	1.237	5.670	(4.433)	1.237	

	Movimentação			30/06/2019				Taxas anuais de amortização (%)
	<u>31/12/2018</u>	Aquisições	Amortização	30/06/2019	Custo de aquisição	Amortização acumulada	Valor líquido	
<i>Software</i>	1.496	-	(438)	1.058	4.972	(3.914)	1.058	20%
Total	1.496	-	(438)	1.058	4.972	(3.914)	1.058	

11 Obrigações a pagar

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Fornecedores	488	53
Participação nos lucros a pagar	197	320
Outros pagamentos	75	77
Total	<u>760</u>	<u>450</u>

12 Impostos e encargos sociais e recolher

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Imposto de renda retido de funcionários	35	75
Imposto de renda retido na fonte	11	8
Imposto sobre serviço retido	2	3
Imposto sobre operações financeiras	1.240	1.145
Contribuições previdenciárias	74	79
Contribuições para FGTS	85	25
Outros impostos e encargos sociais	18	15
Total	<u>1.465</u>	<u>1.350</u>

13 Impostos e contribuições

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Provisão IRPJ	224	882
(-) Antecipação de IRPJ	(83)	(740)
Provisão CSLL	145	560
(-) Antecipação de CSLL	(54)	(467)
COFINS	131	124
PIS	21	20
Total	<u>384</u>	<u>379</u>

Os valores antecipados de Imposto de Renda e Contribuição Social, referentes ao ano calendário 2020, serão compensados após a transmissão da Escrituração Contábil Fiscal (ECF) em julho de 2021.

14 Débito de Operações com seguros e resseguros

a. Operações com resseguradoras

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Resseguradora Local	3.112	3.150
Resseguradora Admitida	31	-
Resseguradora Eventual	34	-
Prêmio de resseguro - RVNE	592	376
Total	<u>3.769</u>	<u>3.526</u>

b. Corretores de seguros e resseguros

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Comissões a pagar	140	193
Comissões riscos emitidos	3.075	3.003
Comissões risco emitidos RVNE	380	410
Juros a apropriar	(9)	(6)
Redução ao valor recuperável	(11)	(23)
Total	3.575	3.577

15 Depósitos de terceiros

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
De 1 a 30 dias	19	-
De 31 a 60 dias	6	14
De 61 a 120 dias	7	7
De 121 a 180 dias	2	35
De 181 a 365 dias	17	1
Acima de 365 dias	126	-
Total	177	57

16 Provisões técnicas - Seguros

a. Provisões técnicas

	Provisão para Prêmios Não Ganhos (PPNG)	Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	Provisão para Despesas Relaciona das (PDR)	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
R.C. Profissional	20.823	21.248	6.340	527	48.938	43.764
Compreensivo Empresarial	1.613	124	266	11	2.014	1.342
R. C. D&O	2.424	10	474	28	2.936	2.656
Compreensivo Residencial	334	30	101	7	472	574
Lucros Cessantes	127	-	9	-	136	59
R. C. Geral	62	16	8	-	86	72
Total	25.383	21.428	7.198	573	54.582	48.467

b. Movimentação das provisões técnicas

	Provisão para Prêmios Não Ganhos (PPNG)	Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	Provisão para Despesas Relacionadas (PDR)	Saldo em 30/06/2020
Saldos no início do semestre	24.664	16.844	6.438	521	48.467
Constituição	24.777	12.913	2.013	167	39.870
Reversão	(24.058)	(6.916)	(1.253)	(100)	(32.327)
Juros e atualizações	-	83	-	-	83
Pagamentos	-	(1.496)	-	(15)	(1.511)
Saldos no final do semestre	25.383	21.428	7.198	573	54.582

	Provisão para Prêmios Não Ganhos (PPNG)	Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	Provisão para Despesas Relacionadas (PDR)	Saldo em 30/06/2019
Saldos no início do semestre	19.944	16.161	5.773	524	42.402
Constituição	21.062	12.744	3.240	295	37.341
Reversão	(19.857)	(12.271)	(2.096)	(131)	(34.355)
Juros e atualizações	-	90	-	-	90
Pagamentos	-	(3.766)	-	(117)	(3.883)
Saldos no final do semestre	21.149	12.958	6.917	833	41.595

17 Provisões judiciais

a. Contingências e depósitos judiciais

Natureza	Provisão para contingências					Depósitos judiciais		
	Saldo em 31/12/2019	Principal	Reversão principal	Atualizações	Reversão de atualizações	Saldo em 30/06/2020	30/06/2020	31/12/2019
1 - Fiscal	468	81	-	11	-	560	544	488
1.1 INSS Liminar Judicial	468	81	-	11	-	560	544	488
2 - Trabalhista	75	-	-	5	-	80	145	143
3 - Contingências Cíveis	39	-	(26)	1	(7)	7	-	-
Total	582	81	(26)	17	(7)	647	699	631

1. Fiscal

1.1 INSS - Recolhimento da contribuição previdenciária sobre verbas trabalhistas

A Companhia, através de parecer de seus assessores jurídicos, considera como perda possível as seguintes verbas: adicionais de hora extra e noturno, férias usufruídas e descanso semanal remunerado; e considera como perda provável: salário-maternidade, salário-paternidade e gratificação natalina/13º salário, sendo certo que para essas verbas a Companhia vem realizando os depósitos judiciais dos valores e, conseqüentemente, constituindo a provisão desses valores. R\$ 560.

2. Contingências Trabalhistas

A Companhia responde a processos de natureza trabalhista, tramitando em diversas fases. De acordo com a avaliação de nossos assessores jurídicos, o montante provisionado para as ações com classificações de perdas “possível” ou “provável” é de R\$ 80. Cabe esclarecer que conforme nota técnica a empresa constitui provisão para os casos classificados com prognóstico de perda possível e provável.

3. Contingências Cíveis

A Companhia responde a processos de natureza cível, tramitando em diversas fases. De acordo com avaliação de nossos assessores jurídicos, o montante provisionado para as ações com as classificações de perdas “provável” e “possível” é de R\$ 7. Cabe esclarecer que conforme nota técnica a empresa constitui provisão para os casos classificados com prognóstico de perda possível e provável.

a. Composição das ações judiciais de sinistros

Probabilidade de perda	30/06/2020			31/12/2019		
	Quantidade	Valor reclamado	Valor da Provisão	Quantidade	Valor reclamado	Valor da provisão
Provável	17	665	722	29	594	686
Possível	54	2.101	1.343	32	1.628	1.055
Remota	136	11.648	-	106	9.906	-
Total	207	14.414	2.065	167	12.128	1.741

b. Movimentação de sinistros judiciais a liquidar

	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
Saldo no início do semestre	1.741	1.116
Sinistros pagos	(69)	-
Constituições	1.456	400
Baixa da provisão por êxito	(165)	(34)
Alteração de estimativas ou probabilidades	(969)	(34)
Alteração da provisão por atualização monetária e juros	71	90
Saldo no final do semestre	2.065	1.538

18 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado no valor de R\$ 88.000 (R\$ 88.000 em 31 de dezembro de 2019) está representado por 101.457.737 ações ordinárias (101.457.737 em 31 de dezembro de 2019), todas nominativas e sem valor nominal.

b. Reserva legal

É constituída após apuração do resultado do exercício social por valor correspondente a 5% do lucro líquido, não podendo exceder a 20% do capital social.

c. Reserva de investimento e capital de giro

O saldo do lucro líquido, após as destinações da reserva legal e dos dividendos, se houver, será destinado à reserva de investimento e capital de giro, a qual não poderá exceder o valor do capital social. Essa reserva terá por finalidade absorver prejuízos, assegurar investimentos em participações em outras sociedades, no imobilizado, nas operações da Companhia, no intangível e, acréscimo do capital de giro.

A Assembleia Geral, quando atingido esse limite ou se entender suficiente o valor da reserva estatutária, deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição dos dividendos.

d. Dividendos

De acordo com o art. 30, § 1º, inciso II do Estatuto Social, o pagamento mínimo de dividendos ou juros sobre capital próprio deve considerar:

- Lucro líquido do exercício.
- (-) Constituição da reserva legal de 5%.
- Sobre a base de cálculo, distribuição de, no mínimo, 10% como dividendos.

e. Patrimônio líquido ajustado e capital mínimo requerido

	30/06/2020	31/12/2019
Patrimônio líquido	88.081	87.312
Ajustes contábeis:	(1.352)	(949)
Despesas antecipadas	(81)	-
Ativo intangível	(1.237)	(873)
Custo de aquisição diferidos não relacionados à PPNG	(34)	(76)
Ajustes econômicos:	1.453	589
Diferença entre o valor de mercado e o valor contábil dos ativos financeiros mantidos até o vencimento	554	589
Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios registradas	899	-
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	87.182	86.952
Capital Mínimo Requerido (CMR)	15.899	15.000
Capital-base (i)	15.000	15.000
Capital de risco (ii)	15.901	12.968
Capital risco de subscrição	7.002	6.511
Capital risco de crédito	7.539	7.142
Capital risco operacional	347	324
Capital risco de mercado	6.187	2.209
Redução por correlação dos riscos	(5.174)	(3.218)
Capital Mínimo Requerido (CMR) equivalente ao maior valor entre (i) e (ii)	15.901	15.000
Suficiência de capital (PLA - CMR)	72.283	71.952
Suficiência de capital (%)	82%	83%

Os ajustes associados à variação dos valores econômicos estão apresentados líquidos dos efeitos tributários de IRPJ e CSLL conforme disposto na Resolução CNSP nº 343/2016.

A Resolução CNSP nº 321/15 e alterações determinam que as sociedades seguradoras apresentem índice de liquidez em relação ao CR superior a 20%. Em 30 de junho de 2020, a Companhia apresenta índice de liquidez de 41,24% (45,71% em dezembro de 2019).

19 Transações com partes relacionadas

As principais transações e saldos com partes relacionadas estão detalhadas a seguir:

- (a) Despesas pela utilização da estrutura administrativa compartilhada com a controladora Unimed Seguradora S.A. e com a coligada Unimed Seguros Saúde S.A.
- (b) Despesa de seguro de vida dos funcionários com a controladora Unimed Seguradora S.A.
- (c) Despesa de seguro saúde dos funcionários com a coligada Unimed Seguros Saúde S.A.
- (d) Prêmios de seguros com os acionistas da controladora Unimed Seguradora S.A.

- (e) Despesas administrativas com a remuneração dos Administradores, que compreende os benefícios de curto prazo. Não é concedido nenhum tipo de benefício pós-emprego e não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações.
- (f) Despesa com remuneração pela estipulação de contratos de pró-labore com as empresas cooperativas singulares pertencentes ao Sistema cooperativo Unimed.
- (g) Despesa de assistência odontológica dos funcionários com a coligada Unimed Saúde e Odonto S.A.
- (h) Despesas com honorários de administração de carteira de investimentos

Ativo	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	Passivo	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Prêmios a receber: (d)					
Acionistas minoritários	142	204	Débitos de operações		
			Cooperativas Unimed (f)	3	2
			Outras contas a pagar:		
			Investcoop Asset Management Ltda(h)	26	48
			Unimed Seguradora S.A. (a)	210	97
			Unimed Seguros Saúde S.A. (a)	83	47
Total ativo	<u>142</u>	<u>204</u>	Total passivo	<u>322</u>	<u>194</u>
Receita					
Prêmios emitidos: (d)	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>	Despesa	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
Acionistas minoritários	406	560	Despesa de comercialização		
			Cooperativas Unimed (f)	77	52
			Despesas administrativas:		
			Unimed Seguros Saúde S.A. (c)	157	45
			Unimed Seguradora S.A. (b)	45	3
			Administradores (f)	3	3
			Investcoop Asset Management Ltda(h)		
			Unimed Saúde e Odonto S.A. (g)	149	-
				5	-
			Unimed Patrimoniais	-	100
			Unimed Participações	-	66
			Despesas administrativas compartilhadas:		
			Unimed Seguradora S.A. (a)	1.255	471
			Unimed Seguros Saúde S.A. (a)	508	463
Total receita	<u>406</u>	<u>560</u>	Total despesa	<u>2.199</u>	<u>1.203</u>

20 Detalhamento das contas de resultado

a. Prêmios ganhos

	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
Prêmios emitidos	26.911	22.670
Prêmios cancelados	(1.925)	(1.989)
Prêmios RVNE	(154)	489
Prêmios restituídos	(58)	(108)
Variação da PPNG	(716)	(1.205)
Total	<u>24.058</u>	<u>19.857</u>

b. Sinistros ocorridos

	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
Sinistros avisados	(6.128)	491
Despesas com sinistros	(22)	(63)
Despesas com sinistros de assistência	(7)	(154)
Ressarcimento direto Adm	-	9
Variação da provisão de IBNR	(670)	(2.213)
Total	<u>(6.827)</u>	<u>(1.930)</u>

c. Custos de aquisição

	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
Comissões sobre prêmios emitidos	(4.747)	(4.207)
Outros custos de aquisição	(106)	(660)
Variação de comissões diferidas	(101)	167
Variação das despesas de agenciamento diferidas	(3)	(4)
Variação de outros custos de aquisição diferidos	(52)	(418)
Total	<u>(5.009)</u>	<u>(5.122)</u>

d. Outras receitas e despesas operacionais

	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
Outras receitas (despesas) com operações de seguro	(110)	(193)
Despesas com cobrança	(93)	(100)
Redução ao valor recuperável prêmio	88	(13)
Redução ao valor recuperável comissão	(7)	-
Despesas com contingências	15	90
Total	<u>(107)</u>	<u>(216)</u>

e. Resultado com resseguro

	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
Receitas com resseguros:	1.680	(2.676)
Indenização de sinistros	1.332	(2.925)
Variação da provisão de IBNR	326	216
Variação das despesas relacionadas do IBNR	22	33
Despesas com resseguros:	(4.746)	(4.604)
Prêmios de resseguro cedido proporcional	(5.362)	(4.317)
Prêmio de resseguro cedido não proporcional	(109)	(155)
Cancelamento resseguro	327	431
Restituição de resseguro	1	2
Prêmios de resseguro RVNE	17	(104)
Variação da despesa de resseguro diferido	454	67
Outros resultados com operações resseguro	(74)	(528)
Total	(3.066)	(7.280)

f. Despesas administrativas

	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
Despesas com pessoal próprio	(3.750)	(3.511)
Serviços de terceiros	(2.236)	(1.647)
Localização e funcionamento	(579)	(723)
Despesas com publicidade e propaganda	(36)	(12)
Despesas com publicações	(166)	(165)
Despesas com donativos e contribuições	(61)	(60)
Outras	(14)	(10)
Total	(6.842)	(6.128)

g. Despesas com tributos

	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
Impostos Federais	(9)	(418)
Impostos Municipais	(1)	(34)
COFINS	(602)	(802)
PIS	(98)	(137)
Contribuição sindical	(4)	(1)
Taxa de fiscalização	(200)	(200)
Outros	(7)	(6)
Total	(918)	(1.597)

h. Resultado financeiro

	30/06/2020	30/06/2019
Receitas com títulos privados	1.014	1.389
Disponíveis para venda	613	977
Mantidos até o vencimento	401	412
Receitas com títulos públicos	96	46
Valor justo por meio de resultado	31	-
Disponíveis para venda	65	46
Receitas com fundos de investimentos	2.023	2.112
Valor justo por meio de resultado	1.753	2.112
Disponíveis para venda	270	-
Receitas financeiras com operações de seguros	44	28
Receitas financeiras com depósitos judiciais	-	11
Outras receitas financeiras	54	25
Total receitas financeiras	3.231	3.611
Despesas com fundos de investimentos	(2.654)	-
Valor justo por meio de resultado	(2.603)	-
Disponíveis para venda	(51)	-
Despesas com operações de seguros	(70)	(74)
Despesas financeiras de encargos sobre tributos	(1)	(1)
Juros e atualização sobre processos judiciais	(14)	20
Encargos sobre provisões para contingências	1	-
Outras despesas financeiras	(149)	-
Total despesas financeiras	(2.887)	(55)
Resultado financeiro	344	3.556

21 Imposto de renda e contribuição social

	<u>Imposto de renda</u>		<u>Contribuição Social</u>	
	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
Lucro antes dos impostos e após participações sobre o resultado	1.433	894	1.433	894
Adições:				
Provisão para risco de créditos	-	504	-	504
Provisão Trabalhista	4	3	4	3
Provisão para contingências	59	-	59	-
Receita de atualizações de Depósitos Judiciais	14	-	14	-
Exclusões:				
Provisão para risco de créditos	(7)	-	(7)	-
Provisão para contingências	-	(7)	-	(7)
Receita de atualizações de Depósitos Judiciais	-	(11)	-	(11)
Programa de participação no resultado - PPR	(123)	(63)	(123)	(63)
(-) Compensação Base Negativa	(415)	(396)	(415)	(396)

	Imposto de renda		Contribuição Social	
	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2019</u>
Base de cálculo:	965	924	965	924
Alíquotas:(*)				
Imposto de renda e Contribuição social	(145)	(139)	(145)	(139)
Adicional 10%	(85)	(80)	-	-
Outros	6	6		
Tributos correntes	(224)	(214)	(145)	(139)
Tributos diferidos	(13)	107	(8)	64
Resultado imposto de renda e contribuição social	(237)	(107)	(153)	(75)
Alíquota efetiva	<u>16,54%</u>	<u>11,96%</u>	<u>10,67%</u>	<u>8,35%</u>

A Companhia possui saldo de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 3.767 em 30 de junho de 2020 (R\$ 4.181 em 31 de dezembro de 2019), os quais não possuem prazo prescricional e sua compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. Esses créditos não estão registrados contabilmente pelo fato de a Companhia não ter apresentado histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro em pelo menos 3 (três) dos últimos 5 (cinco) exercícios sociais, conforme Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores.

* * *

Diretoria

Helton Freitas
Diretor-presidente

Adelson Severino Chagas
Diretor

Agenor Ferreira da Silva Filho
Diretor

Luiz Paulo Tostes Coimbra
Diretor

Tajumar Custodio Martins
Diretor

Atuária

Lara Cristina da Silva Facchini
Atuária - MIBA - 1118

Contador

Vinicius Negrini de Oliveira
CRC: 1SP242483/O-8